

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÁTICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Maria Aparecida Rodrigues Rocha

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
rochamariaparecida@gmail.com

Rayane da Cruz Silva

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
aneflordacruz@hotmail.com

Simone Regina Silva d`Almeida

Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS
simonedalmeida@uefs.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a relevância de uma educação que valorize as questões étnico-raciais no cotidiano escolar, através de práticas lúdicas, que promovam o respeito às diferenças, bem como, a autoafirmação das crianças negras presentes na educação infantil, esta modalidade de ensino atente a crianças de zero a cinco anos de idade, sendo a primeira etapa da educação básica. O interesse pelo tema nasce a partir das inquietações a respeito do preconceito presente na educação infantil e do não reconhecimento das crianças negras e de sua própria identidade. Propõe-se que as histórias sejam um dos meios para se trabalhar as questões étnico-raciais com os pequenos, pois, o contato direto com a literatura, é um meio lúdico que possibilita a criança das turmas de educação infantil, uma base inicial para construção da sua identidade oferecendo a estas um conhecimento sobre o mundo de forma ilustrada, dinâmica e significativa.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ludicidade. Questões étnico-raciais.

Introdução

A educação infantil se constitui na primeira etapa da educação básica, tendo como público alvo as crianças de 0 a 5 anos, e deve ser oferecida em creches e pré-escolas. É dever do Estado oferecer esta modalidade de ensino, devendo ser pública, gratuita e de qualidade, considerando a criança como um “sujeito histórico e de ‘direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade individual e coletiva”. (BRASIL, 2009, p. 13).

Antes a criança não era vista como ser social de características próprias, segundo Farias (2008) no século XVIII Rousseau define a especificidade infantil, sendo assim, a criança não seria um adulto em miniatura como se pensava antes, pois, a criança é um ser que tem identidade própria, um ser único, cujas habilidades devem ser desenvolvidas.

É ainda pequena que as crianças constroem conceitos básicos sobre as coisas que estão presentes em seu cotidiano, e ainda nesta fase que as mesmas começam a interagir e expressar seus pensamentos. Alguns autores tais como Moura (2005); Gomes (2002/2005); Laraia (2009); Moreira e Candau (2003); Munanga (2012); Rocha (1984); Santos (2006) e Schwartz (2001) e diversos outros, discutem sobre as relações étnico-raciais e/ou sobre cultura dentro e/ou fora da escola, além de propor práticas para uma educação inclusiva e antirracista. Sabendo que as práticas pedagógicas na educação infantil devem ter como pressuposto a ludicidade, apresentamos autores que discorrem e/ou oferecem meio para efetivação da mesma, sendo os eles: Benjamin (1994); Busatto (2003); Cademartori (2015); Donato (2015); Kishimoto (2002); Wajskop (2007). É relevante deixar claro os conceitos que terão destaque na compreensão das discussões acerca do tema, relações étnico-raciais nas turmas de educação infantil, são eles, conceito de identidade, cultura, etnocentrismo, democracia racial, racismo e discriminação racial. Também é importante apresentar propostas pedagógicas lúdicas para que as relações étnico-raciais sejam trabalhadas no cotidiano escolar da educação infantil. A temática poderá ser trabalhada com os pequenos por meio de contos de tradição oral, literatura infantil, músicas, vídeos, brincadeiras, entre outros.

O Brasil vive em meio a suas mudanças, econômicas, sociais e políticas, uma estagnação, no que se refere a superação do racismo dentro e fora das escolas. Perceber esse contexto de permanência dos meios de seleção e exclusão de alguns na sociedade, é possível através de análises e estudos direcionados as turmas de educação infantil, que assim como outras etapas de ensino, tem uma forte presença de estereótipos e visões racistas sobre a história e a vida do povo negro, entre outros.

No século XIX os Europeus invadiram a África e a Ásia; eles se achavam superiores por conhecerem a ciência a qual era um bem precioso acessível a poucos, e assim, justificaram a invasão das terras e a escravidão de tais povos, os quais eram considerados bárbaros (BIRARDI;

CASTELANI e BELATTO, 2001). Muitos dos negros da África foram trazidos para o Brasil, já que o Brasil era colônia de Portugal. O Brasil foi a última nação a abolir a escravidão, encerrando, assim, sua tradição de três séculos naquela instituição.

Segundo Schwartz (2001, p. 21) “O que veio depois nem sempre foi o melhor para os escravos e seus descendentes, mas foi diferente”. Com escravidão no Brasil estes foram marginalizados, humilhados, oprimidos e escravizados e suas práticas culturais e religiosas foram reprimidas, no entanto, nunca baixaram a cabeça, sempre lutando pelo fim da escravidão. O povo negro ajudou a construir essa nação com seu trabalho e sua herança cultural. Entretanto, mesmo depois da abolição, em 1888, ainda temos resquícios da escravidão, e grande é o preconceito étnico-racial e cultural contra os negros.

Ao se olhar o diferente sem se colocar no lugar dele e sem respeitá-lo em suas particularidades corre-se o risco de que uma cultura marginalize a outra, como aconteceu e ainda acontece nos dias de hoje em relação a cultura africana e afro-brasileira, especialmente com as religiões de matriz africana, estas foram falsamente apresentadas como sendo “endemônizadas” pelos europeus.

Conforme Rocha (1984), quando uma pessoa ou grupo se sente superior aos demais que não partilham da mesma cultura, inferiorizando-a chama-se esta prática de etnocentrismo. O etnocentrismo ainda faz parte do Brasil atualmente. Porém, sem dúvidas tivemos avanços significativos com aprovação de algumas políticas públicas de ações afirmativas, conquistadas especialmente através da luta do movimento Negro, Movimento Indígena, Movimento Sem Terra, entre outros.

Laraia (2009, p. 67), diz que “Ruth Benedict escreveu em seu livro *O Crisântemo e a Espada*, que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo”, ou seja, cada pessoa vê o outro a partir de seus costumes e suas crenças achando estranho aquilo que difere de sua realidade social e cultural, podendo algumas vezes se posicionar de modo apático diante do que não lhe é comum, sendo assim, é preciso muita cautela para não se colocar num pedestal diante das pessoas que têm culturas diferentes, portanto, é extremamente necessário que ainda na infância o ser humano aprenda a respeitar o direito à diferença.

A diversidade cultural é de grande importância na vida social da criança, pois, pessoa alguma faz cultura sozinha. Quando se aprende a respeitar as diferenças todos tendem a ganhar, porque se amplia os conhecimentos. A liberdade de expressão e o direito à cidadania pelo menos perante a lei jurídica é para todas as pessoas. A respeito do direito à diferença, Santos (2006) afirma que “Temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (SANTOS, 2006, p. 462).

No processo de formação de identidade, o indivíduo não se autodetermina, ele sofre influência de todos os contextos ao seu redor, contexto social, escolar, familiar e outros, como afirma Gomes (2005):

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. (GOMES, 2005, p.42)

Segundo Gomes (2005) A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Compreender esse termo nos permite também entender as variadas formas de ser e de fazer, ou seja, nos possibilita reconhecer as diferenças existentes entre os conceitos que rodeiam o processo de construção de identidade de cada um dos alunos da Educação Infantil.

Dentro das discussões sobre identidade é possível diferenciar, o polo amplo de compreensão do conceito, e seu direcionamento para a construção social da identidade negra, esta é entendida aqui, como uma construção social, cultural e histórica, que segundo Gomes (2005), “implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”.

Gomes (2005), afirma ainda, que construir essa identidade negra, de forma positiva no Brasil, é uma tarefa um tanto difícil, já que o país, desde os primórdios da sua existência estabelece ao negro padrões e desde muito cedo os ensina que para ele ser aceito, ele deve negar-

se a si mesmo. Superar os ensinamentos inculcados em nos dentro da sociedade, é, pois, superar a o mito da democracia racial presente nos discursos políticos, sociais e midiáticos.

A democracia racial se estabelece no contexto atual, em nosso país, como um mito que defende que, todos os grupos étnicos raciais, vivem em um âmbito de igualdade social, racial e de diretos. Como explica Gomes (2005):

Todavia, a sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo. (GOMES, 2005, p.56)

No processo de formação de identidade, o indivíduo não se autodetermina, ele sofre influência de todos os contextos ao seu redor, contexto social, escolar, familiar e outros, como afirma Gomes (2005):

Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. (GOMES, 2005, p.42)

Segundo Gomes (2005) A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Compreender esse termo nos permite também entender as variadas formas de ser e de fazer, ou seja, nos possibilita reconhecer as diferenças existentes entre os conceitos que rodeiam o processo de construção de identidade de cada um dos alunos da Educação Infantil.

Dentro das discussões sobre identidade é possível diferenciar, o polo amplo de compreensão do conceito, e seu direcionamento para a construção social da identidade negra, esta

é entendida aqui, como uma construção social, cultural e histórica, que segundo Gomes (2005), “implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”.

Gomes (2005), afirma ainda, que construir essa identidade negra, de forma positiva no Brasil, é uma tarefa um tanto difícil, já que o país, desde os primórdios da sua existência estabelece ao negro padrões e desde muito cedo os ensina que para ele ser aceito, ele deve negar-se a si mesmo. Superar os ensinamentos inculcados em nos dentro da sociedade, é, pois, superar a o mito da democracia racial presente nos discursos políticos, sociais e midiáticos.

A democracia racial se estabelece no contexto atual, em nosso país, como um mito que defende que, todos os grupos étnicos raciais, vivem em um âmbito de igualdade social, racial e de diretos. Como explica Gomes (2005):

“Todavia, a sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo. (GOMES, 2005, p.56)

E é por meio desse discurso, que se estabelece de forma consciente ou não, uma negação das desigualdades existentes entre negros e brancos, e por meio do racismo, que é caracterizado, como comportamento e ação discriminatória de superioridade de uma pessoa sobre a outra, baseada na cor da pele, aparências físicas, estéticas e etc., que se tora mais evidente diariamente a não existência desse mito de democracia racial.

Diariamente negros sofrem com discriminações raciais, direta ou indiretamente. Seja por atos concretos de exclusão (como na escola), ou por inculcação e ações institucionais que pretendem reforçar estereótipos negros.

Durante a construção da subjetividade de cada sujeito em particular, pautando aqui os negros, é comum deparar-se em meio ao caminho, com situações de racismo, preconceito ou discriminação racial, tais situações podem ser visualizadas facilmente no contexto educacional, e por meio delas, é que o indivíduo se desmotiva, ou ao menos não sente pertencente a esse espaço,

sendo deixado de lado e posteriormente excluído do processo ensino aprendizagem. Não reconhecer sua própria identidade, segundo Munanga (2012), “[...] não apenas revela o esquecimento do respeito normalmente devido. Ela pode infligir uma ferida cruel ao oprimir suas vítimas de um ódio de si paralisante”.

A escola já no princípio da escolarização das crianças, ou seja, na educação infantil a educação tem o importante papel de formação de cidadãos, portanto, a educação escolar deve ter por objetivo principal a formação de sujeitos conscientes que saibam reivindicar seus direitos, bem como acolher aqueles que têm culturas diferentes, pois, todos tem o direito de serem respeitados, independente de sua origem e/ou escolhas.

Conforme Moreira e Candau (2003), o primeiro passo para termos uma educação multicultural e anti-discriminatória, é reconhecer que o problema existe e não ter uma atitude de apatia, mas é preciso refletir sobre ele, faz-se necessário desvelar o preconceito, promovendo a discussão sobre o mesmo. Portanto, não se pode calar e agir como não houvesse racismo no cotidiano escolar é preciso que se realizem atividades com as crianças da educação infantil sobre o respeito às diferenças, é de fundamental que a escola promova o diálogo sobre respeito às diferenças. Está não pode ser coniventes com a discriminação, sendo ela racial, sexual, religiosa, econômica ou cultural.

Moreira e Candau (2003) ainda nos instigam a refletir sobre o não reconhecimento do diferente como prática cultural da nossa sociedade, a qual sem dúvida implica nas vivências cotidianas da educação infantil ao concluir que

Talvez seja possível afirmar que estamos em uma cultura da discriminação, na qual a demarcação entre “nós” e “os outros” é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos diferente, mas, em muitos casos, “inferiores”, por diferentes características indeneitárias e comportamentos (MOREIRA; CANDAU, 2003, p.. 163.).

A escola através de suas práticas pedagógicas deve refletir sobre a necessidade de se respeitar o diferente, pois, todo ser humano deve ser respeitado independente de suas particularidades. Além do que, a partir do reconhecimento da diversidade cultural o aluno deve ser conduzido à valorização de sua própria identidade cultural. A educação escolar deve desenvolver um trabalho que promova a cidadania, buscando devolver a dignidade dos alunos, ao reconhecer

as culturas marginalizadas socialmente e que por muito tempo não tiveram “vez e nem voz”. Também trabalhar os direitos atrelados aos deveres, o cultivo da autoestima e da autonomia e a formação de sujeitos críticos, pois,

o desenvolvimento de uma ética que afirma e se fundamenta na igualdade, na democracia, na autonomia e na liberdade é o registro indispensável para que a cidadania seja mais que uma falca promessa, que nada tenha a ver com a vida dos indivíduos (GENTILI, 2000, p. 152).

Somente uma educação que valorize a diferença, poderá contribuir para o desenvolvimento dessa ética, só assim a cidadania será uma realidade para as crianças da educação infantil. A escola, é o lugar propício para superação dessa desigualdade, é nela que um indivíduo independente da sua idade, tem ou se apropria do conhecimento necessário para o rompimento das imagens negativas forjadas pela mídia e pela classe dominante.

O mundo da educação constitui o lugar essencial e privilegiado, onde se desenvolve o debate sobre o multiculturalismo. Qualquer que seja sua forma, o multiculturalismo está relacionado com a política das diferenças e com o surgimento das lutas sociais contra as sociedades racistas, sexistas e classistas. Por isso, a discussão sobre o multiculturalismo deve levar em conta os temas da identidade racial e da diversidade cultural para a formação da cidadania como pedagogia anti-racista (MUNANGA, 2012, p. 6).

Dentro da escola, direcionamos os olhares ao alunado como todo, definimos conteúdos e damos prioridades a alguns deles. Nas turmas de educação infantil deve-se, pois, partir de conteúdos comuns ao seu cotidiano, que podem estar ligados à história de vida dos seus pais e parentes, ou até mesmo o conhecimento de novas histórias, que de fato estejam associadas à luta e valorização do povo negro, desenvolvendo no educando uma aprendizagem significativa e reflexiva.

As histórias fazem parte da vida do ser humano, portando é bastante significativo que está esteja presente na educação escolar, tanto as histórias orais quanto as da literatura infantil, pois, “a arte de contar/narrar histórias tem sido, desde tempos imemoriais, um dos traços mais fortes das culturas orais. [...] constituem a infinita rede cultural que constrói, no decurso da história, as

identidades de determinados povos” (DONATO, 2015, p.1). Além do que o exercício de história na educação infantil “contribui diretamente para a formação da identidade da criança”. DONATO (2015, p.6). “Além do que a arte de contar histórias traz significações ao propor um diálogo entre as diferentes dimensões do ser” (BUSATTO, 2003, p. 10).

As histórias podem fazer recordar experiências vivenciada e/ou trazer novas experiências, tanto para o contador como para o ouvinte. Sendo assim, ao contar história o professor aprende juntamente com os educandos, pois, este “retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p.6).

Sendo assim, podemos afirmar que as histórias fazem parte da vida social e da formação da identidade da criança, não podendo ser vistas como algo descartável, podendo se ouvir a mesma história por diversas vezes, quanto mais se ouve ou se conta mais estas se entalham em nós “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. [...] Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido” (BENJAMIN, 1994, p. 8).

Atualmente temos diversos livros para o público infantil de histórias e de contos que abordam assuntos ligados às questões étnico-raciais. Estes poderão ser utilizados para trabalhar sobre os temas ligados a valorização do diferente, bem como a autoafirmação das inúmeras crianças negras que frequentam a educação infantil. Mesmo as crianças que ainda não sabem ler poderão explorar os livros, algumas são atraídas pelos desenhos e a depender da idade farão a pseudoleitura, ou seja, farão a leitura não a partir do domínio dos códigos de leitura e escrita, mas, a partir de seus conhecimentos prévios e da sua imaginação.

Ao explorar o livro, espera-se que a criança brincando e de modo próprio e gradativo, em seu próprio tempo se aproprie, com o tempo, “da estrutura da língua, que ela viva experiências de linguagem. E que isso seja feito ludicamente. Que seja divertido descobrir as possibilidades combinatórias da língua, suas potencialidades, seus recursos de expressão” (CADEMARTORI, 2015, p.36). Não se pode exigir das crianças da educação infantil que leiam, mas, é indispensável que se promova o contato não somente com a linguagem oral, mas também com a linguagem

escrita, visto que é na nesta etapa da educação básica que as crianças têm em sua maioria o primeiro contato com a escrita. Sendo assim, podemos afirmar que

“ao promover e aprimorar a relação da criança com a linguagem convém não perder de vista que ouvir e falar são atividades primárias, enquanto leitura e escrita são atividades básicas. As primeiras se desenvolvem espontaneamente; as segundas requerem formalização. Para passar de um tipo de atividade a outro, é preciso ter adquirido certo grau de consciência da estrutura da língua” (CADEMARTORI, 2015, p.36).

As histórias influenciam de modo positivo nas brincadeiras das crianças, estas trarão os personagens e os acontecimentos ouvidos nas narrações para brincar junto com elas, de modo individual e/ou coletivo. Segundo Kishimoto (2002, p.68) “Froebel afirma que a brincadeira é importante para o desenvolvimento da criança especialmente nos primeiros anos”. Pois, “Brincar é a fase mais importante da infância” (KISHIMOTO, 2002, p.68). Toda ação que a criança realiza é lúdica “no sentido de que se exerce por si mesma. Ou, dito em outros termos, toda atividade emergente é lúdica, exerce-se por si mesma antes de poder integrar-se em projeto de ação mais extenso que subordine e transforme em meio” (KISHIMOTO, 2002, p p.113).

Caberá ao professor e demais responsáveis pelo ensino na educação infantil ter a sensibilidade a respeito da essencialidade da ludicidade no contexto escolar, desenvolvendo práticas que valorize as especificidades da infância, o espaço físico deve ser organizado de modo que facilite e promova a brincadeira, pois, “a garantia do espaço da brincadeira na pré-escola é a garantia de uma educação da criança em uma perspectiva criadora voluntária e consciente” (WAJSKOP, 2007, p.31). Portanto, é se necessário que a prática pedagógica e o espaço físico promovam a interação com os outros, com os brinquedos e consigo mesmo, das crianças na educação infantil, valorizando a imaginação, e contribuindo para uma educação multicultural, onde todos os indivíduos se sintam representados.

A sociedade brasileira é marcada pelo preconceito. Por um bom tempo as histórias infantis, bem como a literatura brasileira de modo geral, praticamente não tinham personagens negros e, quando estes apareciam nos textos era como pessoas submissas aos brancos, e/ou de forma estereotipada. No entanto, podemos afirmar que temos observado um avanço significativo neste sentido, pois, a literatura brasileira, especialmente a infanto-juvenil, atualmente tem abordando

temas que envolvem as questões étnico-raciais. Muitas dessas histórias estão disponíveis na internet em formato PDF, bem como em formato PowerPoint e/ou vídeos com acesso gratuito, encontramos também na internet músicas a respeito da diversidade.

Cabe ao professor, e a instituição educativa, mesmo em meios às dificuldades encontradas no dia-a-dia, trazer para o cotidiano da educação infantil, práticas que promovam o respeito e a valorização das diferenças. Portanto, como já foi mencionado antes é relevante para crianças de modo especial na educação infantil que as questões étnico-raciais sejam trabalhadas de forma lúdica, isso poderá ser feito por meio de histórias da literatura infantil, de contos de tradição oral, de desenho, de música, de vídeos, bem como de brincadeiras. Ao valorizar a ludicidade no processo de ensino aprendizagem, além de desenvolver nestes o respeito pela diferença, também, possibilitará dentre outras coisas o desenvolvimento da imaginação, da oralidade, do gosto à leitura e ainda contribuirá para a construção da escrita.

Referências

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BIRARDI, Angela; CASTELANI, Gláucia Rodrigues; BELATTO, Luiz Fernando B.. **O Positivismo, Os Annales e a Nova História**. Klepsidra, revista virtual de história. Disponível em: <http://www.klepsidra.net/klepsidra7/annales.html> edição 7 abril/maio 2001. Acessado em: 15/mai./2014.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010.

CADEMARTORI, Ligia. As narrativas. In: BAPTISTA, Monica Correia... [et al.], (Org.). **Literatura na Educação Infantil- Acervos, espaços e mediações**. Brasília: MEC, 2015.

BUSATTO, Cléo. **Contar & encantar: Pequenos segredos da narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

DONATO, Elaine da Silva Carvalho. **Entre o Contar e o (En) Cantar: o resgate da tradição oral através da relação avós - e-netos**. V Seminário da Pós- graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFRB. GT1 - Cultura Popular, Festejos e Rituais. Cachoeira, BA, Brasil, 2015.

FARIAS, Andrea Guilietti. **O brincar na psicanálise e na educação**. Mato Grosso: Edo UFMT, 2008.

GENTILI, Pablo. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: AZEVEDO, José Clóvis de; GENTILI, Pablo; KRUG, Andréa; SIMON, Cátia (Org.). **Utopia e democracia na Educação Cidadã**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (Universidade Federal de Rio Grande do Sul), 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas e questão racial**: o tratamento é igual para todos/as? Belo Horizonte: Formato, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. In: Aletria – revista de estudos de literatura. **Alteridades em questão**. Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.6, n.9, dez/2002, p. 38-47.

MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada. KABENGELE, Munanga (Org.). Alfabetização e diversidade. Brasília: MEC/SEC, 2005.

KISHIMOTO, TizukoMorchila (Org.). **O Brincar e suas Teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Maria. **Educação escolar e cultura(s)**: Construindo caminho. Revista Brasileira de Educação. Maio/jun./ago. de 2003/ artigo.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. 2012, p. 01-13. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidadeIdentidade-e-Cidadania.pdf>. Acesso em: 09/06/2017.

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo?** . São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 48).

Anexo

Algumas histórias com as quais é possível trabalhar sobre questões étnico-raciais na educação infantil.

ALMEIDA, Gercilga S. De. **Bruna e a Galinha D'angola**. Rio de Janeiro/RJ: Pallas, 2011. . Disponível em: <https://pt.slideshare.net/lmlslm/bruna-e-a-galinha-de-angola>. Acessado em: 30/fev./2017.

COMPANHIA, Valéria Belém. **O cabelo de Lelê**. Editora: Nacional, 2007.. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/naysataboada/o-cabelo-de-lele>. Acessado em: 30/fev./2017.

DIAS, Lucimar Rosa. **Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!** Editora: Alvorada, 2012. . Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4yDV6710jfg>. Acessado em: 30/fev./2017.

DIOUF, Sylviane Anna. **As tranças de Bintou**. Editora: Cosac Naify, 2004. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/andreaperez1971/as-tranas-d-bintou>. Acessado em: 30/fev./2017.

Furtado, Maria Cristina. **Pretinho, meu boneco querido**. Editora do Brasil, 1991.. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/vivianrodrigs/pretinho-meu-boneco-querido>. Acessado em: 30/fev./2017.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita Do Laço De Fita**. Editora: Ática, 2011. (Coleção: Barquinho de Papel).. Disponível em: <https://www.slideshare.net/vivianrodrigs/menina-bonita-do-lao-de-fita-33412412>. Acessado em: 30/fev./2017.

MELO, Regina Célia. **Uma Joanhinha Diferente**. Editora: Paulinas, 16ª ed. , 2012. (Col. Dente de Leite). . Disponível em: <https://pt.slideshare.net/bethinhapm/slides-joanhinhadiferente>. Acessado em: 30/fev./2017.

OLIVEIRA. Alaíde Lisboa de. **Bonequinha Preta**. Editora: Lê, 2004.. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/marisaseara/a-bonequinha-preta-27134530>. Acessado em: 30/fev./2017.

RODRIGUES, Martha. **Que cor e a minha cor?** Editora: Mazza, 2006.. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/roseligsantos/que-cor-a-minha-cor>. Acessado em: 30/fev./2017.

SOARES, Luísa Ducla. **Meninos de Todas as Cores**. Editora: Nova Gaia, 2010. Disponível em: https://pt.slideshare.net/cruzluc/meninos-de-todas-as-cores-7243302?next_slideshow=1. Acessado em: 30/fev./2017.

ROSA, Sonia. **Lindara**. Editora: Nandyala, 2009.. Disponível em: <http://100meninasnegras.com/post/138624099292/007100-lindara-autora-sonia-rosa-ilustrador>. Acessado em: 30/fev./2017.

SORIA, Marisa López. **As cores de Mateus**. Editora: Everest, 3ª ed. , 2006.. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/jifontesecca/as-cores-de-mateus>. Acessado em: 30/fev./2017.